

O ARQUÉTIPO *PERSONA* E A PRESERVAÇÃO DA FACE NA CONVERSAÇÃO

Vanessa Hagemeyer BURGO*

ABSTRACT: The aim of this work is to discuss the 'Face-Work' procedures that President Luiz Inácio Lula da Silva employs whilst speaking. We intend to highlight how these sociointeractional strategies are articulated by him in order to create and protect his positive public image. The corpus is composed of two interviews: one featured by 'Fantástico', a Brazilian program aired by Globo (a television broadcasting channel), and the other by the National Radio programme, 'A Voz do Brasil'. The theoretical framework is mainly based on the principles of Conversation Analysis as well as Analytical Psychology, specifically focusing on the concept of 'Persona' coined by Carl Jung. According to the results obtained, these resources contribute to the mitigation of negative effects of meaning while simultaneously enabling the President to exhibit or preserve a positive public image and reinforce his identification with Brazilian people.

KEYWORDS: Archetypal Persona; Face-Work; Conversation Analysis; Analytical Psychology.

1. Introdução

Por se tratar de uma atividade na qual se instituem constantes negociações entre os interactantes, a conversação propõe, geralmente, uma ameaça potencial à face dos participantes. Entende-se por face a autoimagem pública que cada indivíduo constrói de si mesmo e que pretende ver preservada. O conceito de face foi desenvolvido por Goffman (1974) e reelaborado por Brown e Levinson (1978), os quais ampliaram essa noção, empregando os termos “face positiva” e “face negativa” em seus estudos acerca da polidez.

Segundo Goffman (1974, p. 9), face é o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si por meio da linha de ação que os outros pressupõem que ela tenha adotado durante um contato específico. “La face est une image du moi délinéée selon certains attributs sociaux approuvés”¹. Essa imagem, no entanto, é compartilhada, pois, oferecer uma boa imagem profissional, por exemplo, é oferecer uma boa imagem de si próprio.

Complementando os estudos acerca da imagem que o indivíduo adota para se apresentar diante da sociedade, optou-se pela teoria psicanalítica de Carl Gustav Jung e seu conceito de *persona*. Lunardelli (2007, p. 34) postula que “assim como a máscara de teatro conferia uma identidade ao ator, a *persona*, nos estudos junguianos, pode ser considerada como o que confere uma identidade social a uma pessoa, pois está relacionada ao modo pelo qual ela é perante a sociedade.” A *persona* é, por conseguinte, “a face pública”, formada individualmente e adotada diante dos outros, o que é decorrente, na maioria das vezes, das “expectativas que a sociedade e a família lhes impõem”. Isso “inclui os papéis sociais humanos, os símbolos e objetos característicos de uma profissão, o tipo de roupa escolhida para usar e o estilo de expressão (verbal ou não-verbal), entre outros recursos.” Dessa forma, a *persona* colabora para que o indivíduo possa conviver no dia-a-dia de uma sociedade.

* Doutora em Estudos da Linguagem (Universidade Estadual de Londrina); docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

¹ A face é uma imagem de si delineada segundo certos atributos sociais aprovados. (tradução nossa)

Conseqüentemente, é esperado que um sacerdote oriente seus fiéis, assim como um juiz profira uma sentença justa ou que os pais protejam seus filhos, entre outros exemplos.

2. Fundamentação teórica

2.1. O conceito de face

Goffman (1974, p. 17) denomina figuração ou trabalho de face (face-work), tudo o que uma pessoa empenha para que suas ações não façam ninguém perder a face, incluindo ela própria. Segundo Preti (2002, p. 54), “a perda da face, em geral, pode levar a uma situação tensa e comprometedora da situação”.

Entre os principais tipos de figuração encontram-se os procedimentos para evitar o risco da face e os procedimentos de reparação da face. No que tange aos primeiros, Goffman (1974, p. 17-18) assevera que

le plus sûr moyen de prévenir le danger est d'éviter les rencontres ou Il risque de se manifester. C'est un procede que l'on peut observer dans toutes les sociétés, à travers les relations d'évitement et le rôle des intermédiaires dans certaines transactions délicates. De même, dans de nombreuses sociétés, on sait se retirer élégamment pour sauver la face avant que le danger prévu n'ait eu l'occasion de se manifester.²

Quanto à reparação, o autor afirma que

lorsque ceux qui participent à une entreprise ou à une rencontre ne parviennent pas à prévenir un événement qui, par ce qu'il exprime, est incompatible avec les valeurs sociales défendues, et sur lequel Il est difficile de fermer les yeux, le plus fréquent est qu'ils reconnaissent cet événement em tant qu'incident – em tant que danger qui mérite une attention directe et officielle – et s'efforcent d'em réparer les effets. A ce moment, um ou plusieurs participants se trouvent ouvertement em déséquilibre, em disgrâce, et Il leur faut essayer de rétablir entre eux um état rituel satisfaisant. (p. 20-21)³

Os interactantes esperam que cada um se comporte de uma maneira que seja condizente com o que deseja que sua imagem seja, tanto para construir sua face, quanto para mantê-la. O sujeito pode encontrar-se em uma situação em que sua face pode não ser a pretendida, como, por exemplo, se disser algo que não se harmonize com a linha de ação adotada, ou se participar de um evento comunicativo, sem ter definida sua linha de conduta a respeito do tipo de participantes que são esperados a interagir em tais situações. Isso pode fazer o locutor perder sua face. Entretanto, o pesquisador salienta outros usos específicos concernentes ao “ganho de face”, que ocorre quando um falante toma providências para que o

² O caminho mais seguro para prevenir o perigo é evitar os encontros ou ele (o perigo) corre o risco de se manifestar. É um procedimento que pode ser observado em todas as sociedades, por meio das relações de evitação e do papel dos intermediários em certas negociações delicadas. Da mesma maneira, em muitas sociedades, sabemos nos retirar elegantemente para salvar a face antes que o perigo previsto tenha tido a oportunidade de se manifestar. (tradução nossa)

³ Quando aqueles que participam de uma negociação ou de um encontro não conseguem prever um acontecimento que, pelo que ele expressa, é incompatível com os valores sociais defendidos, e diante do qual é difícil fechar os olhos, o mais comum é que eles reconheçam este acontecimento como um incidente – como um perigo que merece atenção direta e oficial – e se esforcem em reparar os efeitos. Nesse momento, um ou vários participantes encontram-se abertamente em desequilíbrio, em desgraça, e é preciso tentar restabelecer um estado de condição satisfatória entre eles. (tradução nossa)

outro assuma uma melhor linha de conduta do que poderia, diferentemente do que tem sido capaz.

Tendo em vista que os recursos de preservação da face – entre os quais, se salientam as formas de polidez, os marcadores de atenuação, entre outros – são, frequentemente, de caráter verbal, o princípio de defesa da autoimagem pública, incide, pois, sobre as formas interacionais e também sobre as formas gramaticais. Dessa forma, procedimentos que ameaçam a face positiva do ouvinte (por exemplo, insultos, acusações etc.) ou a face negativa do ouvinte (no caso de ordens, pedidos etc.) são regidos por alguma marca prosódica ou verbal, vinculada ao efeito ou objetivo que o locutor pretende atingir. Essas mesmas marcas aparecem nos procedimentos que ameaçam a face positiva do falante (auto-humilhações, autoconfissões, etc.) ou negativa do falante (agradecimentos, desculpas, etc).

Koch (1997, p.141) assinala que:

A estratégia de preservação das faces manifesta-se lingüisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O grau de polidez é socialmente determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais.

Marcuschi (1989, p. 285) assinala que, mesmo que tal princípio esteja relacionado a um conjunto parcial de marcadores conversacionais, com funções específicas, como a polidez e a atenuação, sua atuação pode ser vista de maneira mais extensa. O autor, então, sugere a hipótese de que “a noção de polidez pode ser tomada num sentido mais amplo de englobar, por exemplo, a própria noção de função fática ou de contato, já que o simples fato de marcar presença ou marcar atenção é um sinal de polidez.”

2.2. O Arquétipo *Persona*

As concepções doravante explanadas neste item baseiam-se na teoria psicanalítica de Carl Gustav Jung e seu conceito de *persona*, o qual vem a contribuir com os estudos acerca da imagem que o indivíduo adota para se apresentar diante da sociedade. Psiquiatra e psicólogo suíço, Jung foi um dos primeiros seguidores de Sigmund Freud, mas, apesar da identidade de pensamentos e amizade que os unia em seus estudos, romperam relações por discordância de alguns preceitos fundamentais. Jung não concordava com Freud sobre o pressuposto de que as causas dos conflitos psíquicos sempre teriam envolvimento com algum trauma de ordem sexual, e, assim, acabou desenvolvendo sua própria doutrina, intitulando-a, em um primeiro momento, de “Psicologia dos Complexos”, porém, mais tarde, chamou-a de “Psicologia Analítica”.

A psique (entendida como o conjunto de todos os processos psíquicos conscientes e inconscientes) é composta de três elementos: o Consciente, o Inconsciente Pessoal e o Inconsciente Coletivo.

Em consonância com Jung (1991, p. 123):

Assim definido, o inconsciente retrata um estado de coisas extremamente fluido: tudo o que eu sei, mas em que não estou pensando no momento; tudo aquilo de que um dia eu estava consciente, mas de que atualmente estou esquecido; tudo o que meus sentidos percebem, mas minha mente consciente não considera; tudo o que sinto, penso, recordo, desejo e faço involuntariamente e sem prestar atenção; todas as coisas futuras que se foram dentro de mim e somente mais tarde chegarão à consciência; tudo isto são conteúdos do inconsciente. Estes conteúdos são, por assim

dizer, mais ou menos capazes de se tornarem conscientes, ou pelo menos foram conscientes e no momento imediato podem tornar-se conscientes de novo.

Dessa forma, chega-se a um ponto por meio do qual é questionado o estado em que os conteúdos se encontram quando não estão ligados ao eu consciente. Na perspectiva do autor, “esta relação constitui aquilo que podemos chamar de consciência” (p.124). O consciente é um estado relativo, visto que envolve não apenas a consciência propriamente dita, “mas toda uma escala de intensidade da consciência. Entre o ‘eu faço’ e o ‘eu estou consciente daquilo que faço’ não há só uma distância imensa, mas até mesmo uma contradição aberta” (p.126). Há uma consciência na qual prevalece o inconsciente, e outra em que a autoconsciência a domina. Logo, observa-se que não é possível ter absoluta certeza do que é estritamente consciente, pois “isto necessitaria uma totalidade inimaginável da consciência, e uma totalidade desta natureza pressuporia uma totalidade ou integralidade igualmente inimaginável da mente humana” (p. 126). Concluindo esse paradoxo, não existe um conteúdo consciente que não seja influenciado, de algum modo, pelo inconsciente.

O Inconsciente é constituído de duas camadas: o Inconsciente Pessoal e o Coletivo. O primeiro abrange conteúdos mentais adquiridos durante a vida, mas que foram esquecidos ou reprimidos, ao passo que o segundo se configura como uma estrutura comum a todos os indivíduos e que foi transmitida pela sociedade. Este difere daquele por ser inteiramente universal e seus conteúdos serem encontrados em todo lugar. Jung (1981a, p. 58) postula que “o inconsciente coletivo representa a parte objetiva do psiquismo; o inconsciente pessoal, a parte subjetiva”. O Inconsciente Pessoal, segundo o autor:

contém lembranças perdidas, reprimidas (propositalmente esquecidas), evocações dolorosas, percepções que, por assim dizer, não ultrapassaram o limiar da consciência (subliminais), isto é, percepções dos sentidos que por falta de intensidade, não atingiram a consciência e conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência. Corresponde à figura da *sombra*, que frequentemente aparece nos sonhos. (p. 58)

Entende-se por sombra “a parte ‘negativa’ da personalidade”, ou seja, a soma das propriedades ocultas e desfavoráveis, das funções mal desenvolvidas e dos conteúdos do Inconsciente Pessoal. A sombra resguarda, no inconsciente pessoal, os anseios e experiências vistas como inadequadas ou incompatíveis com a imagem que se quer representar perante os padrões da sociedade, e que, por isso, devem ficar à sombra.

O Inconsciente Pessoal é a camada mais superficial de conteúdos, “cujo marco divisório com o consciente não é tão rígido.” Trata-se de uma camada de conteúdos que se encontra em uma zona próxima da consciência. Esses conteúdos se fundamentam no inconsciente, pois não possuem força para insurgir na consciência. Os conteúdos da memória que a consciência não precisa, necessariamente, conservar estão presentes no Inconsciente Pessoal. “Todos estes conteúdos formam no Inconsciente Pessoal um grande banco de dados que poderão surgir na consciência a qualquer momento.” (PORTILLO, 2001, p.3)

Já o Inconsciente Coletivo constitui a camada mais profunda da psique e é formado dos conteúdos herdados da Humanidade. Nas palavras da autora:

É nesta camada que existem os traços funcionais como se fossem imagens virtuais, comuns a todos os seres humanos e prontas para serem concretizadas através das experiências reais. É nessa camada do inconsciente que todos os humanos são iguais. A existência do inconsciente coletivo não depende de experiências individuais, como é o caso do inconsciente pessoal, porém, seu conteúdo precisa das experiências reais para expressar-se, já que são predisposições latentes. (p.4)

No estágio em que “as fantasias não repousam mais sobre reminiscências pessoais, trata-se da manifestação da camada mais profunda do inconsciente, onde jazem adormecidas as imagens humanas universais e originárias.” Jung (1981a, p. 57) denominou essas imagens “arquétipos” ou “dominantes”. Na perspectiva do autor, “o inconsciente coletivo é uma figuração do mundo, representando a um só tempo a sedimentação multimilenar da experiência” (p. 86). Ao passar do tempo, esses traços funcionais do inconsciente coletivo foram-se definindo. São, portanto, os chamados arquétipos.

Para o pesquisador:

(...) Na medida em que essas figurações são retratos relativamente fiéis dos acontecimentos psíquicos, os seus arquétipos, ou melhor, as características gerais que se destacam no conjunto das repetições de experiências semelhantes, também correspondem a certas características gerais de ordem física. Este é o motivo pelo qual é possível transferir figurações arquetípicas, como conceitos ilustrativos da experiência diretamente ao fenômeno físico (...) os arquétipos quase sempre se apresentam em forma de projeções, e quando estas são inconscientes, manifestam-se nas pessoas com quem se convive, subestimando ou sobre-estimando-as, provocando desentendimentos, discórdias, fanatismos e loucuras de todo tipo. (p. 86)

Há tantos arquétipos quanto as situações vivenciadas no cotidiano dos indivíduos. Os arquétipos dizem respeito às experiências pelas quais os indivíduos passam em situações humanas universais e as simbolizam, cada um ao seu modo. Há arquétipos que representam diversas situações, como, por exemplo, relações familiares, profissionais, matrimoniais, entre amigos, sócios, vizinhos etc. Os arquétipos podem suscitar imagens ligadas a determinados aspectos de um estado consciente. Certas imagens se repetem a partir de uma mesma experiência, e, por isso, os arquétipos operam como centros autônomos que criam essas mesmas imagens, podendo ser projetados, separadamente uns dos outros, embora possam se misturar.

De acordo com Byington (1996, p. 115), um arquétipo é “um padrão coordenador de processos de relacionamentos e, por isso, inclui polaridades. Pode ser bom ou mau, construtivo ou destrutivo, belo ou escabroso, dependendo das condições do processo de elaboração simbólica”. A mãe pode simbolizar a fada ou a bruxa, assim como o professor pode representar aquele que ensina o aluno a gostar ou a odiar a disciplina que leciona. “As possibilidades dos arquétipos abrangem o ódio e o afeto, o bem e o mau”.

Alguns arquétipos se encontram em nosso cotidiano e são engendrados pela psique, assim que surge uma situação própria. “Com o desenvolvimento da consciência, o ser humano, gregário por natureza, necessita desenvolver algumas características básicas para a adaptação social em contraste com seus instintos animais.” O arquétipo dessa adaptação é a persona. (PORTILLO, 2001, p.4)

Lunardelli (2007) assinala que, oriundo do Latim, o termo persona, em sua origem, correspondia à máscara que os atores usavam para indicar o papel que representavam no momento, em determinado espetáculo. Em Carvalho (1986, p. 64), encontra-se a seguinte formulação proposta por Jung: “a persona é o que alguém na realidade não é, mas o que ele mesmo e os outros pensam que ele é”. Jung (1981b, p. 146) assevera que a persona é uma “simples máscara da psique coletiva, máscara que *aparenta uma individualidade*, procurando convencer aos outros e a si mesma que é uma individualidade, quando, na realidade, não passa de um papel no qual fala a psique coletiva.” Mais adiante, o autor advoga que:

15	tívemos outras dezenas de CPIs... em que os relatórios diziam coisas e que depois na hora da apuração... cientificamente feita... pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público... e no julgamento pelo Poder Judiciário... as coisas não foram como estavam no relatório... eu não posso fazer julgamento de relatório
20	de CPI... não posso... <u>primeiro</u> porque não é o papel do Presidente da República... <u>segundo</u> porque não tenho conhecimento suficiente pra analisar... como tem um delegado de polícia como tem um representante do Ministério Público... ou como tem um ministro do Supremo Tribunal Federal... <u>o que eu espero... e é a única coisa que peço a Deus todo dia... é que a investigação seja a mais séria possível... a apuração a mais séria possível... e a punição... aQUEla mais SÉria que puder ser feita...</u> de acordo com o crime que cada pessoa envolvida comprometeu

Observa-se que o Presidente utiliza um marcador conversacional de envolvimento do ouvinte “veja”, aliado ao marcador não-lexicalizado “ah” com função de planejamento verbal, o qual serviu, também, para preencher uma pausa indicativa de incerteza. Com o auxílio das pausas e do recurso indicador de hesitação “ô ô...”, percebe-se que o entrevistado pretende ganhar algum tempo para responder à pergunta constrangedora que lhe foi feita e, assim, achar uma maneira de se sair bem dessa situação. O texto falado é planejado localmente, ou seja, o planejamento desenvolve-se simultaneamente à execução. Por essa razão, é comum que nesse momento, haja a ocorrência de silêncios que indicam hesitação ou dificuldades na formulação do texto. De acordo com Galembek e Carvalho (1997, p.842), “o problema é que o silêncio (pausas não-preenchidas) torna particularmente vulnerável a posição do locutor, pois permite que o turno venha a ser ocupado pelo outro interlocutor.” Por isso, o falante visa a preencher as pausas por meio de determinados marcadores como ahn, eh, ah, entre outros, e de alongamentos.

Outro recurso utilizado é expor os argumentos de modo pontual (“primeiro... segundo”). Como o entrevistador colocou a situação de uma forma acuadora (“falando em verdade e mentira”, o senhor já afirmou ah... nas seguintes palavras que essa história do mensalão parece folclore do Congresso, o senhor ainda acredita que não passa de folclore?”), o entrevistado, então, procura elencar razões para poder fortalecer suas assertivas. Somado a esse expediente, há, ainda, o uso da expressão parentética “que aliás já investigou muito” que dá mais peso e credibilidade no que está sendo exposto. Trata-se de uma forma de preservar sua imagem, visto que, baseado nesses argumentos, ele evita que sua face seja arranhada e a interação torna-se mais amena.

No trecho “... o que eu espero... e é a única coisa que peço a Deus todo dia... é que a investigação seja a mais séria possível... a apuração a mais séria possível... e a punição... aQUEla mais SÉria que puder ser feita” (linha 21), vemos que há uma anúncio do que vai ser dito em “o que eu espero... (...) é que”, seguido de uma outra expressão parentética em “e é a única coisa que peço a Deus todo dia...”, combinada com repetições (a mais séria possível/ a mais séria possível/ mais séria) que auxiliam na carga argumentativa das afirmações. Esse conjunto de procedimentos denota um tom apelativo, ou seja, o Presidente se refugia na crença religiosa do Brasil, que é altamente esperançosa na ajuda divina, sobretudo os habitantes do nordeste como ele, os quais se mostram extremamente confiantes em Deus.

Observa-se, portanto, a persona do governante justiceiro guiado por Deus, cuja preocupação maior é com o país e não com os desejos e necessidades individuais, como saúde e paz para a própria família, pois como diz: a única coisa que ele pede a Deus todo dia é que a investigação seja a mais séria possível. Cabe evidenciar a construção do arquétipo do pai nordestino, semelhante àquele que pede a chuva a Deus e tem fé Nele para resolver os problemas mais urgentes.

1	Entrevistador: O senhor acredita que ele vai recuperar essa credibilidade?
	Entrevistado: Vai vai recuperar... vai recuperar...
	Entrevistador: Tem salvação?
5	Entrevistado: <u>Eu acho que</u> tem salvação porque o PT é um partido muito grande... e numa família quando alguém... comete um erro qualquer você não pune a família inteira... vai ser punido quem cometeu o erro... e a legenda continuará com a mesma grandeza que fez política nesses últimos... vinte anos <u>segundo... ah ah ah::...</u> se você for à Justiça Eleitoral você vai perceber... a quantidade de milhares de processos que tem de denúncias de corrupção nesse país... se você andar no Brasil em época de eleição <u>cê vai perceber que...</u> ao terminarem as eleições você tem... na maioria dos municípios brasileiros deNÚncia de corrupção contra quem ganhou ou contra quem perdeu ou contra alguém... isso é o que mais tem no Brasil... alguns processos são apurados e as pessoas são punidas outros não são apurados... ou termina o mandato e não apurou nada porque a justiça tem dificuldade... mas <u>eu estou convencido... de que</u> em nenhum momento da história do Brasil... teve um governo... que colocasse o aparato do Estado brasileiro... pra fazer investigação como nós temos colocado... a Polícia Federal... tem trabalhado... nesses trinta e seis meses... o que/o que ela não trabalhou em vinte anos... <u>tem investigado tem investigado quadrilhas tem inve/investigado... lavagem de dinheiro tem investigado</u> contrabando <u>tem investigado</u> tráfico <u>tem investigado...</u> o crime organizado... e <u>tem investigado</u> denúncia de corrupção... dentro da própria Polícia Federal... afinal de contas são dezenas de policiais... punidos... e isso é um processo de depuração... que vai levar tempo... <u>cê não tem uma varinha de condão que você fala apareça os corruptos... ou os malfeitores da pátria que nós vamos punir... não... você fica sabendo das coisas quando você lê... cê fica sabendo das coisas quando</u> alguém denuncia... <u>cê fica sabendo das coisas quando...</u> alguém... faz... uma denúncia ou pelo menos um indício de prova aí você manda investigar... e na investigação você prova se é inocente... ou não... se é culpado ou não
10	
15	
20	

Vê-se que o entrevistado utiliza o marcador de opinião “eu acho que”, como elemento que denota incerteza. É atenuador, pois mesmo que diga que o PT tem salvação, ele não tem como garantir o que diz, e por isso, apoia-se em um julgamento próprio, mas com certo grau de incerteza que o exime da responsabilidade de fazer uma afirmação para a qual não tem total convicção. No dizer de Galembeck (2002), pode-se perceber as marcas de subjetividade, as quais são representadas por marcadores proposicionais de opinião, geralmente construídos com verbos de valor cognitivo ou de percepção (vejo que, percebo que, acho que, creio que, você sabe que e semelhantes). Essas expressões operam na coesão textual, visto que auxiliam a extensão do tema, normalmente, por meio da introdução de uma explanação. De modo diferente, em “eu estou convencido” (linha 13), o efeito é de certeza. Ainda segundo o mesmo autor (1999, p. 182), “o emprego de verbos que prefaciam ou introduzem a opinião do falante representa uma indicação de que ele assume integralmente a própria opinião.”

Novamente vemos a ocorrência da armação do quadro tópico, realizada por meio da apresentação dos argumentos de forma pontual (“segundo... ah ah ah::...”). Nesse exemplo, percebe-se que, além da função anteriormente exposta, há, ainda, a presença do marcador não-lexicalizado “ah ah ah::...”, que expressa hesitação. Urbano (1997, p.95) considera algumas causas decorrentes desses momentos de hesitação: “falta/falha de planejamento verbal e/ou semântico prévio; desconhecimento do assunto, de vocábulo ou de certas estruturas lingüísticas; falhas de memória etc.”.

Observa-se o uso das repetições com valor altamente argumentativo. Esse procedimento permite que a intencionalidade do entrevistado seja evidenciada e, dessa forma, as repetições passam a constituir um mecanismo extremamente persuasivo. Há vários tipos de repetição que se definem não apenas por sua constituição formal, mas também pelas funções que desempenham na interação verbal e na composição do texto. O emprego desses intensificadores no discurso evidencia a natureza subjetiva do falante, pois suas intenções e a situação de enunciação fazem parte da análise das estratégias da comunicação linguística e, assim, tornam-se fatores extremamente significativos para transformar em efeitos semânticos

explícitos as intenções implícitas do entrevistado. Por meio das repetições, o Presidente fortalece seu discurso, atribuindo-lhe maior poder argumentativo e tornando-o mais convincente e, desse modo, afasta possíveis ameaças à face.

Ao dizer “cê não tem uma varinha de condão que você fala apareça os corruptos... ou os malfeitores da pátria que nós vamos punir”, o entrevistado procura distanciar sua imagem de líder passivo para provocar, novamente, uma identificação com o ouvinte. Seria o mesmo que dizer “eu não faço milagres para identificar quem são os corruptos”, ou “eu não tenho poderes mágicos para descobrir quem são os malfeitores da pátria”. Isso passa a impressão de que ele é apenas uma pessoa, e que, embora dirija uma nação, não tem habilidades além do normal para saber de coisas que estão além de sua condição frágil de ser humano.

Agregada a essa concepção, podemos salientar que há, nesse procedimento, um recurso de preservação da face, pois, devido ao rótulos anteriormente atribuídos a ele (eu não sei de nada), é necessário que se reverta esse quadro. Dessa forma, ele intenciona passar à população que, na verdade, se não tiver as informações necessárias, não há como punir os culpados. Assim, ele acaba adquirindo a adesão dos ouvintes e, por conseguinte, preserva sua imagem, de uma maneira bem sutil. Em consonância com essa assertiva, podemos dizer que o entrevistado, imaginando que alguém possa discordar ou pensar o contrário do que afirma, objetiva apontar a dificuldade de tomar as providências por, justamente, não poder fazer “mágicas”, ou seja, ele faz o que é possível de fato (realidade x mágica).

Essa postura revela a persona de um líder sensato, cauteloso e racional, que age de acordo com dados e fatos, ao contrário de outros que já passaram pelo governo e que são precipitados e levianos. Com isso, ele aproxima a ideia de de sensatez e firmeza, distanciando a de leviandade e inércia.

1	Entrevistador: Mas não é uma dedução lógica de que são empréstimos de fachada?
5	Entrevistado: <u>Veja/veja... eu não posso fazer dedução... qualquer cidadão comum pode fazer essa dedução eu não posso fazer...</u> eu... ô Pedro... baseio a minha vida... em achar que todo mundo é inocente até provem o contrário... <u>então todo mundo merece a chance de ser... sabe? inocente até que se investigue e prove que ele é culpado...</u> ao Presidente da República não cabe fazer pré-julgamento... e não cabe ficar dizendo que a pessoa é inocente previamente ou culpada previamente... tudo o que está sob investigação... <u>naquilo que</u> depender do governo... <u>naquilo que</u> depender da Polícia Federal... <u>naquilo que</u> depender de ações administrativas... será feito... a ferro e fogo... tudo aquilo que depender do Ministério Público tem autonomia pra fazer... e o Poder Judiciário... <u>depois desse processo todo... é que todos nós... você/eu... e quem tá nos assistindo...</u> vai poder dizer... é verdade... ou não era verdade... com relação à minha pessoa... <u>eu a única coisa que peço a Deus... é que</u> quando terminar tudo isso... <u>aqueles que me acusaram...</u> peçam desculpas... <u>só peço isso não quero/não quero não quero nada mais do que isso...</u> peçam desculpas... porque também a leviandade... tal como ela é feita muitas vezes... ela tem um preço... <u>e eu acho que é...</u> precipitado... é errado fazer qualquer julgamento precipitado pela pessoa... sabe? dizer que a pessoa vai ser o melhor em campo ou que vai ser o pior em campo antes do jogo começar
10	
15	

Diante da pergunta embaraçosa feita pelo entrevistador, o entrevistado utiliza um marcador conversacional, com função de envolvimento do ouvinte, repetindo-o (veja/veja), para ganhar mais tempo na resposta e para diminuir a intensidade do que vai dizer. No recorte “eu não posso fazer dedução... qualquer cidadão comum pode fazer essa dedução eu não posso fazer”, observa-se a persona de um governante comedido, equilibrado, que não julga, nem age sem conhecimento da verdade dos fatos. O falante passa a ideia de que tem a obrigação de ser o exemplo à Nação, demonstrando ter princípios, sensatez e prudência.

Assim como o símbolo da balança da justiça, ele mostra que não faz julgamento precipitado, imponderado.

Visando a fortalecer seu discurso, ele usa a paráfrase “então todo mundo merece a chance de ser... sabe? inocente até que se investigue e prove que ele é culpado” (linha 4), orientando a interpretação do ouvinte para o que melhor lhe convém: não tomar como certa a culpa do governo ou de alguns membros do partido, já que não houve, ainda, a prova disso. O emprego do verbo merecer já denota um tom apelativo, pois o senso comum diz que todo mundo é inocente até que se provem o contrário, e não que todo mundo “merece” ser inocente, como se a população e a mídia estivessem privando-os desse direito garantido por lei. Dessa forma, o entrevistado lança mão, também, da repetição “naquilo que...”, para tornar seu discurso mais sólido, ou seja, naquilo que depender das autoridades competentes para julgar os casos (e só depende delas mesmo), o julgamento será o mais severo possível.

No trecho em que o Presidente diz (linha 10) “depois desse processo todo... é que todos nós... você eu... e quem tá nos assistindo... vai poder dizer... é verdade... ou não era verdade”, observa-se que seu objetivo é convencer o ouvinte de que somente após as investigações concluídas é que se pode fazer algum juízo de valor positivo ou negativo. Nota-se, pelo exemplo adotado (“ todos nós, você, eu e quem está nos assistindo”), que ele intenciona reforçar, de maneira veemente, que ninguém terá dúvida alguma a respeito desse assunto. Porém essa veemência é atenuada, justamente por explicitar quem faz parte do “todos nós”, aproximando-se da linguagem coloquial e preservando sua imagem de ser uma pessoa do povo.

Evidencia-se, por meio dos segmentos “eu a única coisa que peço a Deus” e “só peço isso não quero/não quero não quero nada mais do que isso” (linhas 11 e 13), a persona do brasileiro que tem fé na justiça divina, demonstrando não ser uma pessoa que tem desejos absurdos, mas desejos humildes e modestos, referentes ao anseio de ser reconhecido como injustiçado pelos homens. Isso nos remete ao versículo bíblico, no qual Jesus diz aos que condenam as atitudes anteriores de Maria Madalena “quem não tiver pecado que atire a primeira pedra”, isto é, aqueles que o condenaram de forma leviana, peçam desculpas pelo julgamento precipitado, e isso é a única coisa que ele espera que seja feita e que considera extremamente importante.

O marcador prefaciador de opinião “eu acho que” (linha 15) aparece, novamente, com valor atenuativo. Percebe-se, por tudo que foi exposto, que o entrevistado tem uma postura convicta acerca de se ter uma atitude precipitada de julgamento, porém, torna o teor de sua declaração mais amena por intermédio desse marcador.

O excerto abaixo faz parte da entrevista concedida ao jornalista Luciano Seixas, no programa de rádio “Café com o Presidente”.

1	Entrevistador: Presidente as famílias que recebem o Bolsa Família vão ganhar mais a partir de julho... o aumento no valor do benefício foi de oito por cento qual foi a razão do reajuste do benefício agora?
5	Entrevistado: Luciano <u>a razão é simples ou seja</u> nós temos uma... crise de alimentos no mundo... e isso tem refletido no aumento dos preços dos alimentos em todos os países inclusive no Brasil e nós entendemos que a parte mais pobre da população que ganha uma ajuda pra comprar comida pra levar para casa... e sustentar a família merecia que a gente fizesse a reposição inflacionária... os cálculos foram feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome... pelo Ministério da Fazenda... e <u>eu achei que</u> dar os oito por cento de reajuste foi uma boa medida... pra garantir que as pessoas continuem levando pra casa... o necessário para comer... sabe?... a família inteira
10	

O entrevistado direciona o ouvinte a concordar que o motivo do reajuste do Bolsa Família é realmente muito simples. Ao proferir “a razão é muito simples ou seja”, percebe-se o uso de um recurso que atende ao propósito do falante em se precaver de uma possível objeção, pois, antes que o interlocutor venha a achar inoportuno esse aumento, ou mesmo que haja algum motivo político, eleitorário por trás dessa medida, ele se antecipa, utilizando um prefácio que o beneficia em sua justificativa, a fim de não causar nenhuma reação desfavorável.

Analisando o contexto que envolve o uso da expressão “eu achei que”, assinala-se que o Presidente confirma e valida suas razões para a reposição inflacionária, após uma explanação pautada em duas estratégias:

a) elevação da justiça em relação aos que precisam desse dinheiro a mais para sustentar a família, a fim de fortalecer sua posição de defensor dos menos favorecidos economicamente. Demonstra sua preocupação com a instituição “família” e sua necessidade primordial, qual seja: comida para levar para casa e, assim, prover o sustento de todos. Isso ratifica a imagem do governante virtuoso, detentor de bons valores familiares;

b) legitimidade do argumento, isto é, o entrevistado baliza o motivo do aumento em cálculos realizados por entidades confiáveis. Passa-se a impressão de que tais cálculos não foram feitos aleatoriamente, pelo contrário, foram feitos com muito critério, pelos ministérios competentes.

O conjunto desses procedimentos nos remete à persona do “cidadão/governante detentor de princípios nobres”: preocupado com a família, solidário, justo e responsável, pois só aprova medidas com base em estudos concretos.

4. Considerações finais

No que concerne à construção da imagem positiva do entrevistado, pode-se afirmar que ela se desenvolve a partir de vários elementos combinados; os procedimentos para a criação da face positiva são de natureza variada e só podem ser definidos no contexto de produção e na interação de que fazem parte. Uma maneira de se construir uma imagem positiva é por meio do arquétipo persona assumido. Conforme observado no corpus, o Presidente Lula revela a persona de um estadista com características que se identificam com as da população em sua maioria; é o líder da grande massa, visto como o justiceiro, o “salvador da Pátria”. Salientam-se seus atributos como Chefe de Estado, os quais foram identificados na análise dos dados: comedido, confiável, crente em Deus, equilibrado, detentor de princípios nobres, honesto, justiceiro, líder, não julgador, otimista, prudente, racional, justo, responsável, sensato, trabalhador, solidário, altruísta, defensor de valores éticos, encorajador, humilde, modesto, protetor da família brasileira.

Outro ponto interessante é que o entrevistado se apoia em opiniões, aparentemente próprias, mas que são, na verdade, conceitos óbvios. O Presidente faz uso de discursos presentes no inconsciente coletivo, passíveis de serem aprovados e aceitos com facilidade. Ele se refugia no senso comum, com vistas a obter a adesão do interlocutor, fazendo com que este se identifique com o conceito emitido. Essa estratégia ajuda a reverter questões negativas, especialmente as que se referem às denúncias de corrupção no governo. Trata-se de um recurso muito útil para a preservação da imagem de um governante honesto e que não admite impunidade.

Vale ressaltar que as repetições na fala do Presidente constituem um mecanismo altamente persuasivo e, portanto, muito conveniente aos propósitos do entrevistado em suas explicações. Esses intensificadores conferem maior carga argumentativa ao mesmo,

tornando-o mais convincente e, muitas vezes, corroboram um distanciamento de objeções ou efeitos de sentido indesejados pelo falante.

Por meio dessas marcas linguísticas deixadas na enunciação, pode-se perceber como o falante, com objetivos definidos, elabora estratégias que orientam seu discurso para produzir um efeito de sentido mais apropriado, ou seja, atenuar uma situação, de forma a preservar sua imagem e, assim, obter o assentimento do ouvinte. A partir da análise desses expedientes utilizados na língua falada, é possível a observação de como o texto vai sendo construído, tornando as etapas do processo enunciativo mais evidentes e possibilitando a apreensão de possíveis interpretações.

Referências

- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. (A primeira versão é de 1978)
- BYINGTON, Carlos. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento de ser*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- _____. *Desenvolvimento da personalidade: símbolos e arquétipos*. São Paulo: Ática (Série Princípios 123), 1987.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso. Processos argumentativos como recursos de interação em aulas. *SIGNUM*. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina: ed. UEL, nº 5, p. 169-183, 2002.
- _____. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP (Projetos Paralelos, vol. 2), 1999.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; CARVALHO; Kelly Alessandra. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo. *Projeto NURC* (Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo) São Paulo, p. 830-848, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974. (Les Sens Commun)
- JUNG, Carl Gustav. *A Natureza da Psique*. 3ª ed. Tradução de PE. Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. Petrópolis: Vozes (Obras Completas de C. G. Jung, 7/2), 1991.
- _____. Psicologia do Inconsciente. Tradução de Maria Luíza Appy. In: JUNG, Carl Gustav. *Estudos sobre Psicologia Analítica*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes (Obras Completas de C. G. Jung, Volume VII), p. 1-110, 1981a.
- _____. O Eu e o Inconsciente. Tradução de Dora Ferreira da Silva. In: JUNG, Carl Gustav. *Estudos sobre Psicologia Analítica*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes (Obras Completas de C. G. Jung, Volume VII), p. 111-294, 1981b.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Atividades e estratégias de processamento textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; BARROS, Kazue Saito Monteiro de (Orgs.). *Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRRN, 1997.
- LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. *A preservação da face: estratégias discursivas na fala dos alunos de Biblioteconomia da UEL*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções*. Campinas: Unicamp, 1989.
- PORTILLO, Vanilde Gerolim. *Jung e os conceitos básicos da Psicologia Analítica*. 2001. Disponível em:
<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Jung%20e%20a%20psicologia%20analitica.htm>. Acesso em 31 jul. 2008.



Anais do IX Encontro do CELSUL
Palhoça, SC, out. 2010
Universidade do Sul de Santa Catarina

- PRETI, Dino. Alguns problemas interacionais da conversação. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. Publicação do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (Projeto Nurc/SP – Núcleo USP). São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2002.
- URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1997.